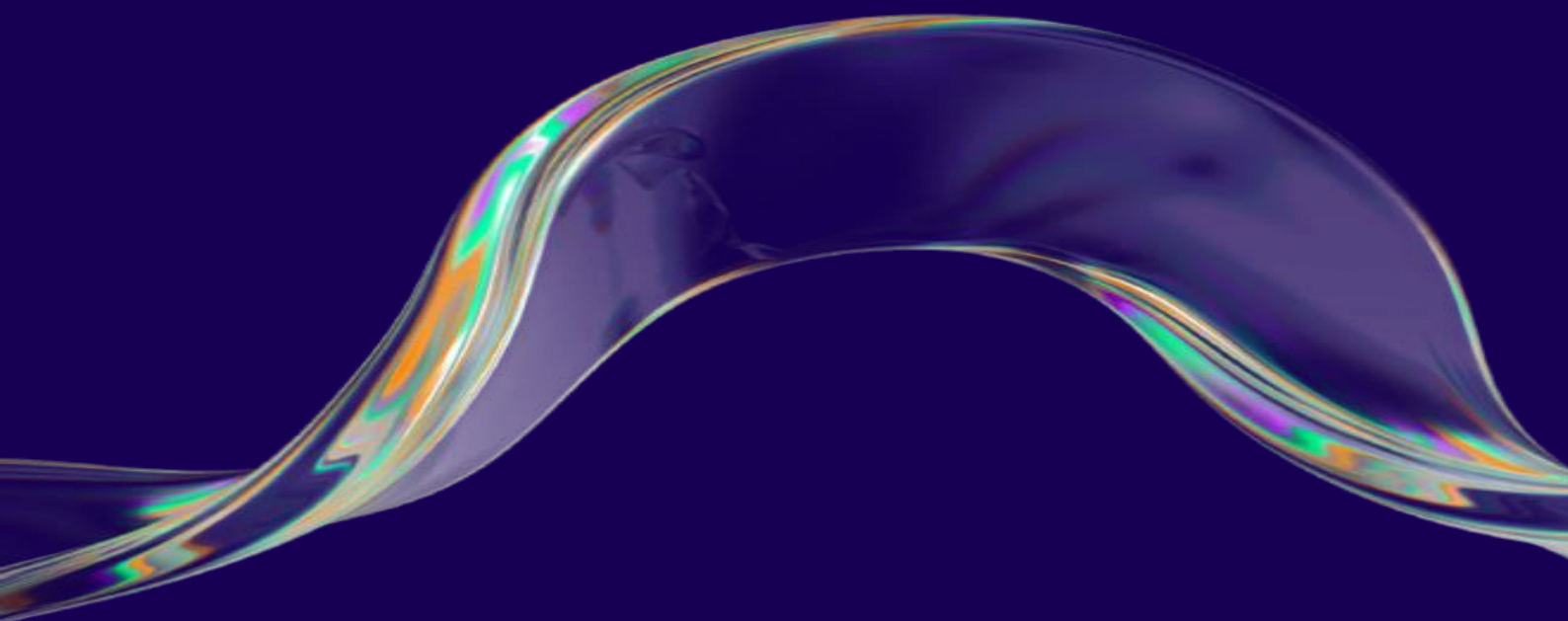


Ventos de São João Paulo II Energias Renováveis S.A.



**Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2023
e relatório dos auditores
independentes**



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Diretores e Acionistas
Ventos de São João Paulo II Energias Renováveis S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Ventos de São João Paulo II Energias Renováveis S.A ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Ventos de São João Paulo II Energias Renováveis S.A e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia e da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS").

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A diretoria da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS") e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.



Ventos de São João Paulo II Energias Renováveis S.A

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional.



Ventos de São João Paulo II Energias Renováveis S.A.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de março de 2024

PRICEWATERHOUSECOOPERS
PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Carlos Eduardo Guaraná Mendonça
Contador CRC 1SP196994/O-2

Índice

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Demonstração do resultado	6
Demonstração do resultado abrangente	7
Demonstração dos fluxos de caixa	8
Balço patrimonial	9
Demonstração das mutaões do patrimônio líquido	10

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

1	Considerações gerais.....	11
2	Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das práticas contábeis	12
3	Novas normas, alterações e interpretaões de normas emitidas pelo CPC e IASB.....	13
4	Estimativas e julgamentos contábeis críticos.....	14
5	Receita.....	15
6	Custos e despesas.....	16
7	Resultado financeiro líquido	16
8	Caixa, equivalentes de caixa e fundo de liquidez - conta reserva	17
9	Contas a receber de clientes	18
10	Investimentos.....	19
11	Imobilizado	20
12	Financiamentos	22
13	Fornecedores.....	24
14	Provisão para litígios	24
15	Obrigaões de desmobilização de ativos	24
16	Partes relacionadas	26
17	Patrimônio líquido.....	27
18	Imposto de renda e contribuição social	27
19	Instrumentos financeiros e gestão de risco	28
20	Seguros.....	33

Ventos de São João Paulo II Energias Renováveis S.A
Demonstração do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
Receita líquida	5	-	-	74.320	21.049
Custo com energia elétrica	6	-	-	(7.596)	(3.366)
Custo com operação	6	-	-	(30.100)	(10.391)
Lucro bruto		-	-	36.624	7.292
Despesas operacionais	6				
Gerais e administrativas		(571)	(229)	(3.830)	(2.178)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		-	-	(13)	(542)
		(571)	(229)	(3.843)	(2.720)
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro		(571)	(229)	32.781	4.572
Resultado de participações societárias					
Equivalência patrimonial	10	(5.216)	(7.902)	-	-
		(5.216)	(7.902)	-	-
Resultado financeiro líquido	7				
Receitas financeiras		99	66	5.238	7.240
Despesas financeiras		(12)	(7)	(39.638)	(15.680)
		87	59	(34.400)	(8.440)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(5.700)	(8.072)	(1.619)	(3.868)
Imposto de renda e contribuição social	17				
Correntes		-	-	(4.081)	(4.204)
Prejuízo do exercício		(5.700)	(8.072)	(5.700)	(8.072)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Ventos de São João Paulo II Energias Renováveis S.A
Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	Controladora e Consolidado			
	2023	2022	2023	2022
Lucro líquido do exercício	(5.700)	(8.072)	(5.700)	(8.072)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	(5.700)	(8.072)	(5.700)	(8.072)

Ventos de São João Paulo II Energias Renováveis S.A
Demonstração dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(5.700)	(8.072)	(1.619)	(3.868)
Ajustes de itens que não representam alteração de caixa e equivalentes de caixa					
Juros e variações monetárias de financiamentos	12(c)	-	-	36.509	13.504
Depreciação e amortização	6	43	52	23.361	8.554
Apropriação dos custos de captações	12(c)	-	-	359	327
Juros sobre fundo de liquidez - conta reserva		-	-	(1.010)	-
Ajuste a valor presente com desmobilização de ativos	15	-	-	551	160
Ajuste a valor presente sobre arrendamentos		-	-	1	-
Equivalência patrimonial	10(b)	5.216	7.902	-	-
Reversão (provisão) para litígios		-	-	10	-
		(441)	(118)	58.162	18.677
Decréscimo (acrécimo) em ativos					
Contas a receber de clientes		-	-	(2.148)	(4.044)
Tributos a recuperar		(19)	(13)	(480)	60
Partes relacionadas		-	-	19.603	31.790
Demais créditos e outros ativos		1	-	58	(215)
Acrécimo (decrécimo) em passivos					
Fornecedores		(6)	(1)	(16.778)	(29.168)
Tributos a recolher		4	(3)	(841)	6.230
Partes relacionadas		7	-	(20.302)	21.347
Demais obrigações e outros passivos		-	-	118	1.804
Caixa proveniente das (aplicado nas) operações		(454)	(135)	37.392	46.481
Juros pagos sobre financiamentos	12(c)	-	-	(12.695)	-
Imposto de renda e contribuição social pagos		-	-	(3.795)	(1.766)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais		(454)	(135)	20.902	44.715
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Aquisição de imobilizado		-	-	-	(400.853)
Resgate de (aplicação em) conta reserva		-	-	(3.204)	(8.783)
Aumento de capital em investidas		-	(92.643)	-	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		-	(92.643)	(3.204)	(409.636)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Captação de recursos	12(c)	-	-	14.041	271.161
Liquidação de financiamentos	12(c)	-	-	(13.160)	-
Adições dos custos de captações	12(c)	-	-	(264)	(5.088)
Liquidação de arrendamentos		-	-	(4)	-
Aumento de capital		-	93.646	-	93.646
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento		-	93.646	613	359.719
Acrécimo em caixa e equivalentes de caixa		(454)	868	18.311	(5.202)
Caixa excluído por empresa excluída na consolidação		-	-	(26.907)	-
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		1.050	182	42.939	48.141
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		596	1.050	34.343	42.939
Principais transações que não afetaram o caixa					
Reconhecimento inicial das obrigações de desmobilização de ativos		-	-	-	6.572
Cisão parcial	1.1.1 (a)	(58.303)	-	(58.303)	-
Aumento de capital via aporte de ativos	1.1.1 (b)	4.869	-	4.869	-
Aumento de capital em controladas via aporte de ativo	1.1.1 (C)	(6.091)	-	-	-

Ventos de São João Paulo II Energias Renováveis S.A.
Balço Patrimonial
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	8	596	1.050	34.343	42.939
Contas a receber de clientes		-	-	4.559	4.044
Tributos a recuperar		33	14	444	185
Outros ativos		3	4	741	930
		<u>632</u>	<u>1.068</u>	<u>40.087</u>	<u>48.098</u>
Não circulante					
Fundo de liquidez - conta reserva	8	-	-	9.434	8.783
Partes Relacionadas	16	-	-	3.562	26.703
		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>12.996</u>	<u>35.486</u>
Investimentos	10	112.873	170.301	-	-
Imobilizado	11	-	1.265	420.036	603.600
Intangível		-	-	27	665
Direito de uso sobre contratos de arrendamento		-	-	23	-
		<u>112.873</u>	<u>171.566</u>	<u>433.082</u>	<u>639.751</u>
Total do ativo		<u>113.505</u>	<u>172.634</u>	<u>473.169</u>	<u>687.849</u>

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
Passivo e patrimônio líquido					
Circulante					
Financiamentos	12	-	-	16.517	14.957
Fornecedores	13	3	9	6.011	26.430
Arrendamentos		-	-	14	-
Tributos a recolher		5	1	953	1.876
Partes relacionadas	16	7	-	93	61
Provisões		-	-	-	301
Outros passivos		-	-	1.240	979
		<u>15</u>	<u>10</u>	<u>24.828</u>	<u>44.604</u>
Não circulante					
Financiamentos	12	-	-	323.285	432.596
Arrendamentos		-	-	10	-
Tributos a recolher		-	-	4.779	9.483
Partes relacionadas	16	-	-	907	21.286
Provisões de litígios		-	-	534	524
Obrigações de desmobilização de ativos	15	-	-	5.336	6.732
		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>334.851</u>	<u>470.621</u>
Total do passivo		<u>15</u>	<u>10</u>	<u>359.679</u>	<u>515.225</u>
Patrimônio líquido					
Capital social	17	136.930	190.364	136.930	190.364
Ajuste de avaliação patrimonial		160	160	160	160
Prejuízos acumulados		(23.600)	(17.900)	(23.600)	(17.900)
		<u>113.490</u>	<u>172.624</u>	<u>113.490</u>	<u>172.624</u>
Total do passivo e patrimônio líquido		<u>113.505</u>	<u>172.634</u>	<u>473.169</u>	<u>687.849</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Ventos de São João Paulo II Energias Renováveis S.A.
 Demonstração das movimentações do patrimônio líquido
 Exercícios findos em 31 de dezembro
 Em milhares de reais

	Nota	Capital social	Capital a integralizar	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Prejuízos acumulados	Patrimônio Líquido
Em 1º de janeiro de 2022		180.811	(84.093)	160	(9.828)	87.050
Prejuízo do exercício		-	-	-	(8.072)	(8.072)
Total resultado abrangente do exercício		-	-	-	(8.072)	(8.072)
Integralização de capital		-	84.093	-	-	84.093
Aumento de capital		9.553	-	-	-	9.553
Contribuições e distribuições aos acionistas		9.553	84.093	-	-	93.646
Em 31 de dezembro de 2022		190.364	-	160	(17.900)	172.624
Prejuízo do exercício		-	-	-	(5.700)	(5.700)
Total resultado abrangente do exercício		-	-	-	(5.700)	(5.700)
Redução de capital	1.1.1 (a)	(58.303)	-	-	-	(58.303)
Aumento de capital via aporte de ativos	1.1.1 (b)	4.869	-	-	-	4.869
Contribuições e distribuições aos acionistas		(53.434)	-	-	-	(53.434)
Em 31 de dezembro de 2023		136.930	-	160	(23.600)	113.490

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

1 Considerações gerais

A Ventos de São João Paulo II Energia Renováveis S.A. ("Companhia"), é sociedade anônima fechado, com sede na cidade de Maracanaú, estado do Ceará, que foi constituída em 09 de fevereiro de 2015.

A Companhia tem como objeto social (a) a exploração, em nome próprio ou através da participação em consórcios ou sociedades, de usina de geração elétrica; (ii) a produção e a comercialização de energia elétrica a partir de fonte eólica; (iii) a aquisição, no mercado interno e externo, dos equipamentos, bens e serviços necessários para tanto; e, ainda, a implantação, administração e operação de centrais geradoras, bem como o desenvolvimento de projetos, a prestação de serviços de consultoria de projetos eólicos.

A Companhia é controlada direta da Auren Energia S.A. ("Auren").

A Companhia explora e opera as centrais geradoras eólicas localizadas nos estados de Piauí, as quais compõem o complexo eólico Ventos do Piauí II ("VDP II") e Ventos do Piauí III ("VDP III"), com capacidade instalada total de 81 MW, por meio de suas controladas.

As controladas eólicas possuem outorga de geração emitida pelo Ministério de Minas e Energia ("MME") conforme listado abaixo:

	Capacidade instalada (Mwm)	Início da concessão	Término da concessão
Complexo Eólico Ventos do Piauí II ("Piauí II"):			
Ventos de São João Paulo II Energias Renováveis S.A.	36,0	15/10/2022	10/11/2055
Complexo Eólico Ventos do Piauí III ("Piauí III"):			
Ventos de São Bernardo Energias Renováveis S.A.	45,0	19/08/2022	10/11/2055

As atividades da Companhia e suas controladas, são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL") e ocorrem de acordo com as regras e procedimentos de comercialização da CCEE.

1.1 Principais eventos ocorridos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023

1.1.1 Principais eventos societários

(a) Cisão

Em 17 de maio de 2023, ocorreu a cisão da Companhia, com a transferência da participação societária que a Companhia detinha sobre a controlada Ventos de Santo Alfredo Energias Renováveis S.A. na MRTV Energias S.A. ("MRTV"), o que resultou em uma redução de capital, sem efeito caixa, no montante de R\$ 58.303, passando o capital social de R\$ 190.364, dividido em 308.471.826 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, para R\$ 132.061 dividido em 196.350.741 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

(b) Aumento de Capital

Em 27 de dezembro de 2023, a controladora Auren aumentou o capital da companhia em R\$ 4.869 através de transferência de ativos, passando o capital social de R\$ 132.061 dividido em 196.350.741 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal para R\$ 136.930 dividido em 205.383.364 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

(c) Aumento de capital em controladas

Em 27 de dezembro de 2023, a Companhia aumentou o capital de suas controladas no montante de R\$ 6.091, conforme a movimentação a seguir:

Mês	Controladas	Via transferência de ativos
Dezembro	Ventos de São Bernardo Energias Renováveis S.A.	3.044
Dezembro	Ventos de São Ciro Energias Renováveis S.A.	3.046
		6.091

2 Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das práticas contábeis

2.1 Base de apresentação

(a) Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas tomando-se por base as práticas contábeis adotadas no Brasil, vigentes em 31 de dezembro de 2023, que inclui os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPCs”), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”) e conforme as normas internacionais de Relatório Financeiro (*International Financial Reporting Standards* (“IFRS”)) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”) (atualmente denominadas “normas contábeis IFRS”) incluindo as interpretações emitidas pelo IFRS *Interpretations Committee* “IFRIC”, ou pelo seu órgão antecessor, *Standing Interpretations Committee* (SIC® *Interpretations*) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

(b) Aprovação das demonstrações financeiras

A emissão destas demonstrações financeiras foi aprovada pela Diretoria em 27 de março de 2024.

2.2 Base de apresentação

A preparação das demonstrações financeiras considerou a base contábil de continuidade operacional, o custo histórico como base de valor, e no caso de certos ativos e passivos financeiros, que foram ajustados para refletir a mensuração ao valor justo.

As demonstrações financeiras requerem o uso de certas estimativas contábeis críticas e, também, o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação de suas práticas contábeis. As áreas que requerem maior nível de julgamento e apresentam maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 4.

2.3 Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras

A moeda funcional e de apresentação da Companhia é o Real (“R\$”).

2.4 Consolidação

A Companhia consolida todas as entidades sobre as quais detém controle, isto é, quando está exposta ou tem direito a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de dirigir suas atividades relevantes.

Controladas

As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia.

Transações, saldos e resultados de transações entre controladas da Companhia são eliminados. Na aquisição, as políticas contábeis das controladas são alteradas quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

Operação em conjunto (*joint operation*)

Operação em conjunto (*joint operation*) é um negócio em conjunto segundo o qual as partes integrantes que detêm o controle conjunto do negócio têm direitos sobre os ativos e têm obrigações pelos passivos relacionados ao negócio. Essas partes são denominadas de operadores em conjunto.

As operações em conjunto são contabilizadas nas demonstrações financeiras para representar os direitos e as obrigações contratuais da Companhia. Dessa forma, os ativos, passivos, receitas e despesas relacionados aos seus interesses em operação em conjunto são contabilizados individualmente nas demonstrações financeiras.

As controladas da Companhia possuem participação de:

- (a) 17,02% pela Ventos de São Ciró Energias Renováveis S.A. na empresa Consórcio Ventos do Piauí II, havendo controle em conjunto com as consorciadas: i) Ventos de Santo Alderico Energias Renováveis S.A.; e ii) Ventos de São Crispim I Energias Renováveis S.A.
- (b) 21,74% pela Ventos de São Bernardo Energias Renováveis S.A. na empresa Consórcio Ventos do Piauí III, havendo controle em conjunto com as consorciadas: i) Ventos de Santo Apolinário Energias Renováveis S.A.; ii) Ventos de Santo Antero Energias Renováveis S.A.; iii) Ventos de Santo Apolinário Energias Renováveis S.A.; e iv) Ventos de Santa Alexandrina Energias Renováveis S.A.

Empresas controladas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas

	2023		2022		Local da sede	Atividade principal
	Capital total	Capital votante	Capital total	Capital votante		
Ventos de São Bernardo Energias Renováveis S.A.	100%	100%	100%	100%	Pernambuco - Brasil	Geração de energia elétrica
Ventos de São Ciró Energias Renováveis S.A.	100%	100%	100%	100%	Piauí - Brasil	Geração de energia elétrica
Ventos de São Alfredo Energias Renováveis S.A.	0%	0%	100%	100%	Piauí - Brasil	Geração de energia elétrica

3 Novas normas, alterações e interpretações de normas emitidas pelo CPC e IASB

(a) Novas normas emitidas e emendas às normas contábeis adotadas pela Companhia e suas controladas

Novas normas, interpretações e alterações às normas contábeis vigentes a partir de 1º de janeiro de 2023 foram adotadas e não tiveram impactos relevantes nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

(b) Novas normas emitidas e emendas as normas contábeis não adotadas pela Companhia e suas controladas em 2023

A Companhia e suas controladas analisaram as emendas às normas contábeis mencionadas abaixo e não identificaram impactos em suas políticas operacionais e contábeis.

- (i) CPC 50 – Contratos de seguros – Adoção inicial;

- (ii) CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações contábeis – Prover mais orientações sobre materialidade, julgamentos e alterações nas divulgações de políticas contábeis;
- (iii) CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro – Prover guidance sobre a distinção entre políticas contábeis e estimativas contábeis;
- (iv) CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas e CPC 18 (R2) – Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint venture - Prover guidance para situações que envolvem a venda ou contribuição de ativos entre investidor e suas coligadas.

(c) Novas normas emitidas e emendas as normas contábeis ainda não adotadas pela Companhia e suas controladas

As seguintes alterações de normas emitidas pelo IASB serão adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2024, para as quais não se espera efeitos significativos para a Companhia e suas controladas:

Pronunciamentos alterados	Natureza da alteração
CPC 06 - Arrendamento	Especificar os requisitos que um vendedor-arrendatário utiliza na mensuração da responsabilidade de locação decorrente de uma transação de venda e arrendamento de volta, a fim de garantir que o vendedor-arrendatário não reconheça qualquer quantia do ganho ou perda que se relaciona com o direito de uso que ele mantém.
CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações contábeis	Especificar os requisitos de classificação de passivos como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem: (i) o que se entende por direito de adiar a liquidação; (ii) que o direito de adiar deve existir no final do período das informações financeiras; (iii) que a classificação não é afetada pela probabilidade de a entidade exercer seu direito de adiar; (iv) que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for ele próprio um instrumento de patrimônio, os termos de um passivo não afetarão sua classificação. Além disso, foi introduzida uma exigência de divulgação quando um passivo decorrente de um contrato de empréstimo é classificado como não circulante e o direito da entidade de adiar a liquidação depende do cumprimento de <i>covenants</i> futuros dentro de doze meses.
CPC 03 (R2) – Demonstrações do fluxo de caixa e CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: evidenciação	Esclarecer as características de acordos de financiamento de fornecedores e exigir divulgações adicionais desses acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações têm como objetivo auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreenderem os efeitos dos acordos de financiamento com fornecedores nas obrigações, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade.

4 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Com base em premissas, a Companhia e suas controladas fazem estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas e julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As estimativas contábeis raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam risco significativo, com probabilidade de causar ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas nas respectivas notas:

Nota	Conta Contábil
10	Investimentos
11	Imobilizado
14	Provisão para litígios
15	Obrigações de desmobilização de ativos

5 Receita

Política contábil

A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos, e é reconhecida contabilmente pelo seu valor justo. A Companhia segue a estrutura conceitual do IFRS 15/CPC 47 “Receita de contrato com cliente”, baseada no modelo de cinco passos: (i) identificação dos contratos com os clientes; (ii) identificação das obrigações de desempenho previstas nos contratos; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação à obrigação de desempenho previstas nos contratos e (v) reconhecimento da receita quando a obrigação de desempenho é atendida.

O modelo de cinco etapas estabelece que a entidade deve reconhecer receita para representar a transferência de bens ou serviços prometidos a clientes no valor que reflita a contraprestação que a entidade espera ter direito em troca desses bens ou serviços.

A medição contábil do volume de energia a ser faturado decorre do processamento da medição física, ajustada ao rateio das perdas informadas pela CCEE.

As operações de venda de energia realizadas pela Companhia são reconhecidas contabilmente nas demonstrações financeiras pelo seu valor justo.

O reconhecimento contábil da receita é resultante dos valores a serem faturados aos clientes de acordo com a metodologia e preços estabelecidos em cada contrato, ajustadas às quantidades de energia efetivamente geradas, quando aplicável. Esses ajustes decorrem do mecanismo da CCEE que verifica a exposição líquida da Companhia (vendas, geração, compras e consumo), denominado balanço energético.

Venda de energia

Os contratos de venda de energia da Companhia são realizados nos ambientes livre e regulado de comercialização brasileira, sendo registrados integralmente na CCEE, agente responsável pela contabilização e liquidação de todo o Sistema Interligado Nacional (“SIN”).

As operações de venda de energia realizadas pela Companhia são reconhecidas contabilmente nas demonstrações financeiras pelo seu valor justo.

Partes relacionadas: representados por contas a receber entre partes relacionadas comercializados em ambiente de contratação livre.

Energia de curto prazo – CCEE: decorre da contabilização do mercado de curto prazo, ou seja, as disparidades entre recursos e requisitos de energia, valoradas ao Preço de Liquidação das Diferenças (“PLD”).

	Consolidado	
	2023	2022
Receita bruta		
Partes relacionadas (Nota 16)	77.321	20.250
Energia de curto prazo - CCEE	257	1.596
Total receita bruta	77.578	21.846
Deduções sobre a receita bruta		
PIS e COFINS sobre receitas operacionais	(2.834)	(797)
Taxa de fiscalização dos serviços de energia elétrica - TFSEE	(424)	-
	(3.258)	(797)
Receita líquida	74.320	21.049

6 Custos e despesas

	Controladora	
	2023	2022
	Despesas gerais e administrativas	Total
Depreciação e amortização	(43)	(43)
Materiais	-	-
Materiais	-	-
Serviços	(309)	(309)
Serviços de operação e manutenção O&M	-	-
Manutenção e conservação	-	-
Serviços de terceiros	(309)	(309)
Outros	(219)	(219)
Aluguéis e arrendamentos	(109)	(109)
Seguros	-	-
Impostos, taxas e contribuições	(43)	(43)
Outros custos e despesas líquidas	(67)	(67)
	(571)	(571)

	Consolidado				
	2023	2022			
	Custo com energia elétrica	Custo com operação	Despesas gerais e administrativas	Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	Total
Energia comprada	(1.671)	-	-	-	(1.671)
Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão - TUST	(5.925)	-	-	-	(5.925)
Depreciação e amortização	-	(22.040)	(1.321)	-	(23.361)
Materiais	-	(22)	(94)	-	(116)
Materiais	-	(22)	(94)	-	(116)
Serviços	-	(6.354)	(881)	-	(7.235)
Serviços de operação e manutenção - O&M	-	(5.234)	-	-	(5.234)
Manutenção e conservação	-	(296)	(209)	-	(505)
Serviços de terceiros	-	(824)	(672)	-	(1.496)
Outros	-	(1.684)	(1.534)	(13)	(3.231)
Aluguéis e arrendamentos	-	(1.124)	(123)	-	(1.247)
Seguros	-	-	(1.368)	-	(1.368)
Impostos, taxas e contribuições	-	(255)	(43)	-	(298)
Outros custos e despesas líquidas	-	(305)	-	(13)	(318)
	(7.596)	(30.100)	(3.830)	(13)	(41.539)

7 Resultado financeiro líquido

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
Receitas financeiras					
Rendimentos sobre equivalentes de caixa e conta reserva		104	69	5.213	4.865
Descontos obtidos		-	-	-	2.160
Juros sobre ativos financeiros		-	-	-	212
(-) PIS e COFINS sobre resultado financeiro		(5)	(3)	(5)	(3)
Outras receitas financeiras		-	-	30	6
		99	66	5.238	7.240
Despesas financeiras					
Juros sobre financiamentos	12 (c)	-	-	(16.856)	-
Atualização monetária sobre financiamentos	12 (c)	-	-	(19.653)	(13.504)
Juros sobre mútuo	16	-	-	(821)	(292)
Despesas com captação de financiamentos		-	-	-	(565)
Apropriação dos custos de captações	12 (c)	-	-	(359)	(327)
Ajuste a valor presente sobre desmobilização de ativos	15 (a)	-	-	(551)	(160)
Ajuste a valor presente sobre arrendamentos		-	-	(1)	-
Outras despesas financeiras		(12)	(7)	(1.397)	(832)
		(12)	(7)	(39.638)	(15.680)
		87	59	(34.400)	(8.440)

8 Caixa, equivalentes de caixa e fundo de liquidez - conta reserva

Política contábil

Incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, cujos vencimentos originais são inferiores a três meses, que são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a risco insignificante de mudança de valor.

O caixa e equivalentes de caixa em moeda nacional compreendem disponibilidades em contas correntes bancárias e títulos públicos ou de instituições financeiras, em moeda nacional, indexados à taxa de depósito interbancário.

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Caixa				
Caixa e bancos	72	112	348	1.561
	72	112	348	1.561
Equivalentes de caixa				
Certificados de Depósitos Bancários – CDBs	524	938	33.995	41.378
	524	938	33.995	41.378
Caixa e equivalentes de caixa	596	1.050	34.343	42.939
Fundo de liquidez - Conta reserva (i)				
Não circulante	-	-	9.434	8.783
	-	-	9.434	8.783
	596	1.050	43.777	51.722

Em 31 de dezembro de 2023, os equivalentes de caixa possuem taxa média de remuneração entre 98,00% e 103,20% do CDI (101,65% e 104,81% em 31 de dezembro de 2022).

(i) Os contratos de financiamento das controladas da Companhia exigem a manutenção do fundo de liquidez em conta reserva como garantia, correspondente a 3 (três) vezes o valor da prestação do serviço da dívida e 3 (três) vezes o valor da prestação dos serviços de operação e manutenção, que deverão permanecer compostas durante toda a vigência dos contratos de financiamentos.

8.1 Qualidade de créditos dos ativos financeiros

A tabela a seguir reflete a qualidade de crédito dos emissores e das contrapartes em operações de caixa e equivalentes de caixas e do fundo de liquidez – conta reserva:

	Controladora		Consolidado	
	Rating local		Rating local	
	2023	2022	2023	2022
AAA	596	1.050	43.777	51.722
	596	1.050	43.777	51.722

Os ratings foram extraídos de agências de rating (*Standard & Poor's*, *Moody's* e *Fitch Ratings*). Para apresentação foi considerado o padrão de nomenclatura utilizado por elas.

9 Contas a receber de clientes

Política contábil

Correspondem aos valores originados pela transação de venda de energia elétrica no curso normal das atividades das controladas da Companhia. São inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a perda estimada com créditos de liquidação duvidosa.

Mensalmente, a área de Pós Vendas da Companhia analisa a posição de vencimentos da carteira de clientes e seleciona os clientes que apresentem saldos vencidos para avaliar a situação específica de cada um, bem como exerce o julgamento sobre o risco de perda envolvido. O resultado desse julgamento estabelece o montante financeiro a ser contabilizado como perdas esperadas.

Os valores a receber negociados pelas controladas da Companhia no ambiente de comercialização livre, normalmente, possuem prazo de recebimento entre 45 e 60 dias.

(a) Composição

	Consolidado	
	2023	2022
Partes relacionadas (Nota 16)	4.154	3.530
Energia de curto prazo - CCEE	405	514
	<u>4.559</u>	<u>4.044</u>

(b) Vencimentos de contas a receber

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia não possui saldos vencidos nem contas cujo recebimento seja considerado duvidoso, e dessa forma não há indícios para constituição de perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa de contas a receber de clientes.

10 Investimentos

Política contábil

As demonstrações financeiras refletem os ativos, passivos e transações da Controladora e suas controladas diretas e indiretas ("subsidiárias"). As subsidiárias são consolidadas quando a Companhia está exposta ou tem direitos sobre retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de direcionar as atividades significativas da investida. Os saldos e as transações entre empresas, que incluem lucros não realizados, são eliminados.

Os investimentos em entidades controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial (MEP) a partir da data em que elas se tornam sua coligada, empreendimento controlado em conjunto ou controlada.

(a) Composição

	Informações em 31 de dezembro de 2023				Resultado de equivalência patrimonial		Controladora	
	Patrimônio Líquido	Lucro líquido (prejuízo) do exercício	Percentual de participação total (%)	Percentual de participação votante (%)	2023	2022	2023	Saldo
								2022
Investimentos avaliados por equivalência patrimonial								
Ventos de São Bernardo Energias Renováveis S.A.	54.957	(222)	100,00	100,00	(222)	(5.258)	54.957	52.135
Ventos de Santo Alfredo Energias Renováveis S.A.	-	-	-	-	(3.424)	(599)	-	61.726
Ventos de São Ciro Energias Renováveis S.A.	57.916	(1.570)	100,00	100,00	(1.570)	(2.045)	57.916	56.440
					(5.216)	(7.902)	112.873	170.301

(b) **Movimentação**

	Controladora	
	2023	2022
Saldo no início do exercício	170.301	85.560
Equivalência patrimonial	(5.216)	(7.902)
Cisão parcial de investimentos	(58.303)	-
Aumento de capital em investidas	6.091	92.643
Saldo no final do exercício	112.873	170.301

11 Imobilizado

Política contábil

É demonstrado pelo custo histórico de aquisição ou de construção, deduzido da depreciação acumulada. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados à aquisição ou construção de ativos qualificáveis.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando é provável que irão gerar benefícios econômicos futuros associados ao item e quando seu custo pode ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado.

Reparos e manutenções são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. O custo das principais reformas é acrescido ao valor contábil do ativo quando os benefícios econômicos futuros ultrapassam o padrão de desempenho inicialmente estimado para o ativo em questão. As reformas são depreciadas ao longo da vida útil econômica restante do ativo relacionado.

A depreciação é calculada pelo método linear com base nas taxas anuais estabelecidas pela ANEEL, as quais são praticadas e aceitas pelo mercado como representativas da vida útil econômica dos bens vinculados à infraestrutura da autorização. Desta forma os ativos são depreciados com base nas vidas úteis definidas pela ANEEL.

As controladas da Companhia reconhecem uma obrigação segundo o valor justo para desmobilização de ativos no período em que elas ocorrerem, tendo como contrapartida o respectivo ativo imobilizado (Nota 15).

Ganhos e perdas por alienações são determinados pela comparação do valor da venda com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" na demonstração do resultado.

Impairment do imobilizado

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável quando o valor contábil é maior do que o valor recuperável estimado, de acordo com os critérios adotados pela Companhia e suas controladas para determinar o valor recuperável.

Os ativos que estão sujeitos à depreciação são revisados para verificar a necessidade de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil pode não ser recuperável. A perda por impairment é reconhecida pelo montante excedente entre o valor contábil do ativo e seu valor recuperável.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, as controladas da Companhia não identificaram indícios de *impairment* para os ativos imobilizados.

Ventos de São João Paulo II Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Composição e movimentação

	Aerogeradores	Máquinas e Equipamentos	Edifícios e construções	Desmobilização de ativos	Móveis e utensílios	Custos de servidão	Obras em andamento	2023	2022
Saldo no início do exercício									
Custo	519.913	80.036	2.019	6.572	128	-	3.591	612.259	191.756
Depreciação acumulada	(7.094)	(1.511)	-	(50)	(4)	-	-	(8.659)	(120)
Saldo líquido no início do exercício	512.819	78.525	2.019	6.522	124	-	3.591	603.600	191.636
Adições	-	-	-	-	-	-	5.839	5.839	420.503
Depreciação	(19.525)	(3.551)	(91)	(162)	(7)	(4)	-	(23.340)	(8.539)
Empresa excluída da consolidação	(140.950)	(21.118)	(625)	(1.809)	(45)	-	(2.002)	(166.549)	-
Transferências (i)	(23.425)	27.442	-	-	18	485	(4.035)	485	-
Saldo no final do exercício	328.919	81.298	1.303	4.551	90	481	3.393	420.035	603.600
Custo	350.773	85.454	1.375	4.731	99	485	3.393	446.310	612.259
Depreciação acumulada	(21.854)	(4.156)	(72)	(179)	(9)	(4)	-	(26.274)	(8.659)
Saldo líquido no final do exercício	328.919	81.298	1.303	4.552	90	481	3.393	420.036	603.600
Taxas médias anuais de depreciação - %	5	5	3	3	3	3			

(i) Refere-se à transferência de intangível da classe de direitos marcas e patentes para imobilizado na classe de custo de servidão.

12 Financiamentos

Política contábil

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos, e subsequentemente, são demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os financiamentos estejam em aberto, utilizando-se da taxa de juros efetiva.

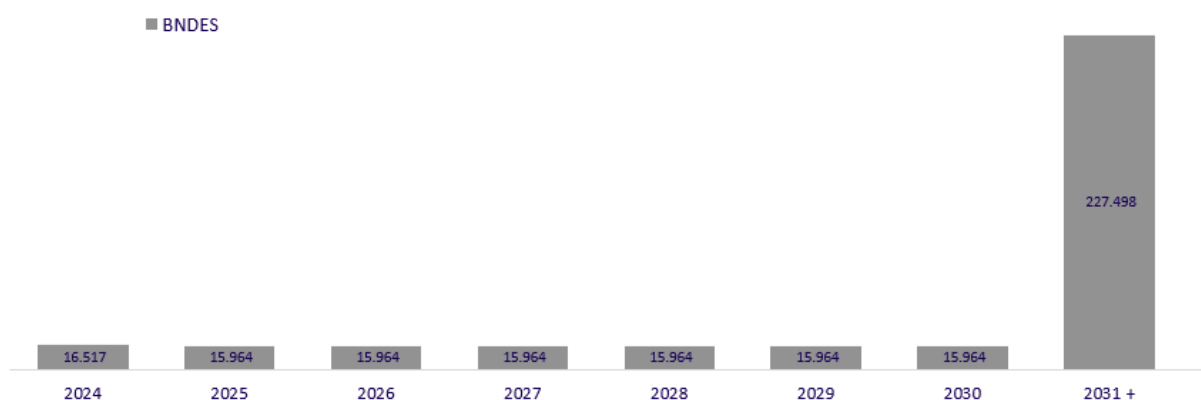
(a) Composição

										Consolidado
										2023
		Circulante				Não circulante				
Modalidade	Encargos anuais médios	Principal	Custo de captação	Encargos	Total	Principal	Custo de captação	Total	Total	Valor Justo
BNDES	TLP+4,56%	16.297	(332)	552	16.517	330.000	(6.715)	323.285	339.802	230.915
		<u>16.297</u>	<u>(332)</u>	<u>552</u>	<u>16.517</u>	<u>330.000</u>	<u>(6.715)</u>	<u>323.285</u>	<u>339.802</u>	<u>230.915</u>

										Consolidado
										2022
		Circulante				Não circulante				
Modalidade	Encargos anuais médios	Principal	Custo de captação	Encargos	Total	Principal	Custo de captação	Total	Total	Valor Justo
BNDES	TLP+4,56%	15.402	(445)	14.957	14.957	442.127	(9.531)	432.596	447.553	326.934
		<u>15.402</u>	<u>(445)</u>	<u>14.957</u>	<u>14.957</u>	<u>442.127</u>	<u>(9.531)</u>	<u>432.596</u>	<u>447.553</u>	<u>326.934</u>

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
 TLP – Taxa de Longo Prazo, fixada pelo Conselho Monetário Nacional.

(b) Perfil de vencimento consolidado



O perfil de vencimento da dívida apresenta o saldo a ser pago, sendo considerada a amortização do principal e a projeção de juros.

(c) Movimentação

	Consolidado	
	2023	2022
Saldo no início do período	447.553	153.891
Captações	14.041	271.161
Provisão de juros (Nota 7)	16.856	-
Atualização monetária (Nota 7)	19.653	27.264
Adições dos custos de captações	(264)	(5.090)
Apropriações dos custos de captações (Nota 7)	359	327
Juros pagos	(12.695)	-
Liquidações	(13.160)	-
Empresa excluída da consolidação	(132.541)	-
Saldo no final do período	339.802	447.553

(d) Garantias

Modalidade	Garantias
BNDES	Garantia prestada pela Auren Energia S.A. e pela Ventos de São João Paulo II Energias Renováveis S.A. Contas reservas; Penhor de ativos e ações; Cessão fiduciária de direitos creditórios e direitos emergentes das autorizações.

(e) Condições restritivas

Os financiamentos obtidos pelas controladas da Companhia contêm cláusulas restritivas (*covenants*) financeiras e não financeiras.

Atualmente, o único *covenant* financeiro existente para as controladas é o Índice de Cobertura do Serviço de Dívida (ICSD), que possui a obrigatoriedade de manutenção desse índice em maior ou igual a 1,3x, apurado a cada encerramento do exercício.

A Administração da Companhia e de suas controladas monitora esses índices para que as condições sejam atendidas, sendo que em 31 de dezembro de 2023 não existe qualquer descumprimento dessas condições.

13 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Fornecedores de materiais	3	9	5.947	26.372
Fornecedores de serviços	-	-	64	58
	3	9	6.011	26.430

(i) A variação substancial em fornecedores ocorreu devido à baixa dos saldos das obrigações de CAPEX, em vista da entrada em operação dos parques eólicos no ano de 2022.

14 Provisão para litígios

Política contábil

As provisões para as perdas classificadas como prováveis, são reconhecidas contabilmente, desde que: (i) haja uma obrigação presente (legal ou não formalizada), decorrente de eventos passados; (ii) seja provável que haverá saída de recursos para liquidar a obrigação; e (iii) o valor da obrigação possa ser estimado com segurança.

Os processos cuja probabilidade de perda é classificada como possível não são provisionados, sendo os montantes divulgados em nota explicativa. As estimativas de risco atribuídas a processos judiciais são baseadas na avaliação e fundamentada na opinião, de seus consultores jurídicos internos e externos.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

(a) Processos com probabilidade de perdas consideradas possíveis

Ações cíveis

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o montante atualizado dos processos é de R\$ 42 (R\$ 9 em 31 de dezembro de 2022).

15 Obrigações de desmobilização de ativos

Política contábil

Em consonância com o CPC 27 – Ativo imobilizado, a mensuração das obrigações para desmobilização de ativos envolve julgamento sobre diversas premissas. Sob o ponto de vista ambiental, refere-se às obrigações futuras de restaurar/ recuperar o meio ambiente, para as condições ecologicamente similares às existentes, antes do início do projeto ou atividade ou de fazer medidas compensatórias, acordadas com os órgãos competentes, em virtude da impossibilidade do retorno a essas condições pré-existentes. Essas obrigações surgem a partir do início da degradação ambiental da área ocupada, objeto da operação ou a partir de compromissos formais assumidos com o órgão ambiental, cuja degradação precisa ser compensada. A desmontagem e retirada da operação de um ativo ocorre quando ele for permanentemente desativado, por meio de sua paralisação, venda ou alienação.

As obrigações consistem principalmente de custos associados com o encerramento das atividades dos parques eólicos. O custo de desmobilização de ativos, equivalente ao valor presente da obrigação (passivo), é capitalizado como parte do valor contábil do ativo, que é depreciado ao longo de sua vida útil. Estes passivos são registrados como provisões e são revisadas anualmente pelas controladas.

(a) Composição e movimentação

			Consolidado	
	Desmobilização de ativos	(-) Ajuste a valor presente	2023	2022
Saldo no início do exercício	115.223	(109.887)	6.732	-
Adições	-	-	-	6.572
Realização do ajuste a valor presente (Nota 7)	-	551	551	160
Empresa excluída da consolidação	-	(1.947)	(1.947)	-
Saldo no final do exercício	115.223	(109.887)	5.336	6.732

16 Partes relacionadas

Política contábil

As transações com partes relacionadas são realizadas pela Companhia e suas controladas em condições estritamente comutativas, observando-se os preços e condições usuais de mercado e, portanto, não geram qualquer benefício indevido às suas contrapartes ou prejuízos à Companhia e suas controladas. No curso normal das operações, a Companhia e suas controladas realizam contratos com partes relacionadas (coligadas e acionistas), relacionados, principalmente, à compra e venda de energia e serviços.

A Companhia não possui despesas relacionadas a remuneração do pessoal-chave da Administração, pois pertencem a controladora Auren.

	Consolidado									
	Ativo		Passivo		Vendas (Nota 5)		Serviços		Resultado Financeiro (Nota 7)	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Contas a receber de clientes (Nota 9) - Vendas										
Auren Comercializadora de Energia Ltda.	-	-	-	-	621	-	-	-	-	-
CESP Comercializadora de Energia S.A.	4.154	3.530	-	-	76.700	20.250	-	-	-	-
	<u>4.154</u>	<u>3.530</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>77.321</u>	<u>20.250</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Conta corrente (i)										
Ventos de São Crispim I Energias Renováveis S.A	1.004	2.345	-	-	-	-	-	-	-	-
Ventos de Santo Antero Energias Renováveis S.A	-	2.312	-	-	-	-	-	-	-	-
Ventos de Santo Apolinário Energias Renováveis	-	4.882	-	-	-	-	-	-	-	-
Ventos de São Ciriaco Energias Renováveis S.A	1.004	6.270	-	-	-	-	-	-	-	-
Ventos de Santo Alderico Energias Renováveis S.	823	3.376	-	-	-	-	-	-	-	-
Ventos de Santo Alfredo Energias Renováveis S.A.	-	2.102	907	-	-	-	-	-	-	-
Ventos de São Caio Energias Renováveis S.A	731	5.416	-	-	-	-	-	-	-	-
	<u>3.562</u>	<u>26.703</u>	<u>907</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Mútuo										
Auren Energia S.A.	-	-	-	21.286	-	-	-	-	(821)	(454)
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>21.286</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(821)</u>	<u>(454)</u>
Fornecedores - serviços										
Votorantim S.A.	-	-	93	61	-	-	(378)	(342)	-	-
Auren Comercializadora de Energia Ltda.	-	-	-	-	-	-	(352)	-	-	-
CESP Comercializadora de Energia S.A.	-	-	-	-	-	-	(323)	-	-	-
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>93</u>	<u>61</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(1.053)</u>	<u>(342)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>7.716</u>	<u>30.233</u>	<u>1.000</u>	<u>21.347</u>	<u>77.321</u>	<u>20.250</u>	<u>(1.053)</u>	<u>(342)</u>	<u>(821)</u>	<u>(454)</u>

(i) Refere-se principalmente aos rateios com os consórcios.

17 Patrimônio líquido

(a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2023, o capital social da Companhia é de R\$ 136.930 (R\$ 190.364 em 31 de dezembro de 2022), dividido em 205.383.364 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal (308.471.826 em 31 de dezembro de 2022).

Em 31 de dezembro de 2023, a única acionista da Ventos de São João Paulo II Energias Renováveis S.A. era a Auren.

18 Imposto de renda e contribuição social

Política contábil

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem o imposto e contribuição correntes e diferidos. O imposto sobre a renda e a contribuição social são reconhecidos na demonstração do resultado.

As controladas da Companhia optaram pelo recolhimento do imposto de renda e contribuição social com base no lucro presumido e auferem seu lucro tributável com base na alíquota de presunção de 8% (IRPJ) e 12% (CSLL) sobre as receitas de venda de energia, e para as vendas de crédito de carbono com base na alíquota de presunção de 32% (IRPJ e CSLL).

A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente para a Companhia com base em alíquotas e regras fiscais em vigor. A Companhia também reconhece provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos. Quando o resultado final dessa avaliação é diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetam os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo é determinado.

(a) Reconciliação da despesa de IRPJ e da CSLL

Os valores correntes são calculados com base nas alíquotas em vigor sobre o lucro tributado, acrescido ou diminuído das respectivas adições e exclusões. Destaca-se que a holding apurou prejuízo fiscal e não tem expectativa de realização desse prejuízo, não registrando, portanto, imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos. A Companhia apenas registra diferido passivo sobre diferenças temporárias.

Os valores de imposto de renda e contribuição social demonstrados no resultado do exercício da controladora apresentam a seguinte reconciliação com base na alíquota nominal:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(5.700)	(8.072)	(1.619)	(3.868)
Alíquotas nominais	34%	34%	34%	34%
IRPJ e CSLL calculados às alíquotas nominais	1.938	2.744	550	1.315
Equivalência patrimonial	(1.773)	(2.687)	-	-
Prejuízo fiscal e base negativa sem constituição de diferido	(155)	(54)	(155)	(54)
Outras adições permanentes, líquidas	(10)	(3)	(10)	(3)
Efeito de empresas tributadas pelo lucro presumido	-	-	(4.466)	(5.462)
IRPJ e CSLL apurados	-	-	(4.081)	(4.204)
Correntes	-	-	(4.081)	(4.204)
IRPJ e CSLL no resultado	-	-	(4.081)	(4.204)
Taxa efetiva %	0,00%	0,00%	252,07%	(108,69%)

(b) Efeito no resultado

	2023	2022
Total do IRPJ e CSLL no resultado	4.081	4.204
% de IRPJ e CSLL Sobre a receita tributável	4,93%	13%

19 Instrumentos financeiros e gestão de risco

19.1 Instrumentos financeiros por categoria

(a) Ativos financeiros – classificação, reconhecimento e mensuração

A Companhia e suas controladas classificam seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: custo amortizado, valor justo por meio do resultado e valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação dos ativos financeiros da empresa no reconhecimento inicial.

(i) Custo amortizado

Instrumentos financeiros mantidos em um modelo de negócios cujo objetivo seja obter fluxos de caixa contratuais e seus termos contratuais deem origem a fluxos de caixa que sejam exclusivamente o pagamento de principal e juros. Os instrumentos nessa classificação são mensurados ao custo amortizado.

(ii) Valor justo por meio do resultado

Têm como característica a sua negociação ativa e frequente nos mercados financeiros. Esses instrumentos são mensurados por seu valor justo, e suas variações são reconhecidas no resultado do exercício.

(iii) Valor justo por meio de outros resultados abrangentes

Instrumentos financeiros que satisfaçam o critério de termos contratuais, que deem origem a fluxos de caixa que seja exclusivamente o pagamento de principal e juros e seja mantido em um modelo de negócios, cujo objetivo seja atingido tanto pela obtenção de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro. Os instrumentos nessa classificação são mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, quando aplicável.

(b) Passivos financeiros – classificação, reconhecimento e mensuração

A Companhia e suas controladas classificam seus passivos financeiros nas seguintes categorias: (i) mensurados ao custo amortizado e (ii) valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros mantidos para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado e suas variações, incluindo juros, são reconhecidas no resultado. As variações em outros passivos financeiros mensurados ao custo amortizado, incluindo juros e variação cambial, são reconhecidas no resultado na rubrica de “receitas (despesas) financeiras” exceto pela variação cambial reconhecida como “variações cambiais, líquidas”. Os passivos financeiros são baixados quando as obrigações contratuais são retiradas, canceladas ou expiradas. A diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos ou passivos assumidos) é reconhecida nas demonstrações do resultado.

A seguir são demonstrados os instrumentos financeiros por categoria e correspondente nível de enquadramento na hierarquia de mensuração pelo valor justo:

	Nível	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
Ativos					
Ao custo amortizado					
Contas a receber de clientes (Nota 9)		-	-	4.559	4.044
Partes relacionadas (Nota 16)		-	-	3.562	26.703
		-	-	8.121	30.747
Ao valor justo por meio do resultado (i)					
Equivalentes de caixa (Nota 8)	1	524	938	33.995	41.378
Fundo de liquidez - conta reserva (Nota 8)	1	-	-	9.434	8.783
		524	938	43.429	50.161
		524	938	51.550	80.908
Passivos					
Ao custo amortizado					
Financiamentos (Nota 12) (ii)		-	-	339.802	447.553
Fornecedores (Nota 13)		3	9	6.011	26.430
Arrendamentos		-	-	24	-
Partes relacionadas (Nota 16)		7	-	1.000	21.347
		10	9	346.837	495.330

(i) O valor justo apresentado corresponde ao valor contábil reconhecido.

(ii) O valor justo desta rubrica está apresentado na Nota 12 (a).

A Companhia e suas controladas divulgam as mensurações do valor justo considerando a seguinte hierarquia:

Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

Nível 2 - Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços);

Nível 3 - Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não-observáveis).

19.2 Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia e suas controladas as expõem a diversos riscos financeiros, a saber: (a) risco de crédito, (b) risco de liquidez, (c) risco regulatório, (d) risco socioambiental, (e) risco de não performance dos parques eólicos e (f) risco de mercado.

Para atenuar os efeitos diversos de cada fator de risco, a Companhia e suas controladas, seguem a Política de Gestão de Riscos da Auren, cujo objetivo é estabelecer a governança e suas macro diretrizes no processo de gestão de riscos financeiros, assim como indicadores de mensuração e acompanhamento.

O processo de gestão de riscos financeiros objetiva a preservação da liquidez e a proteção do fluxo de caixa e de seus componentes operacionais (receitas e custos) e financeiros (ativos e passivos financeiros) contra eventos adversos de mercado, tais como oscilações de preços de moedas e de taxas de juros e contra eventos adversos de crédito.

(a) Risco de crédito

As aplicações financeiras (alocação de caixa) criam exposição ao risco de crédito de contrapartes e emissores. A Companhia e suas controladas têm como política trabalhar com emissores que possuam, no mínimo, avaliação de duas das seguintes agências de rating: *Fitch Ratings*, *Moody's* ou *Standard & Poor's*. O rating mínimo exigido para as contrapartes é "A" (em escala local) ou "BBB-" (em escala global), ou equivalente.

Para ativos financeiros cujos emissores não atendem às classificações de risco de crédito mínimas anteriormente descritas, a alocação deverá ser aprovada previamente pelo Conselho de Administração. A qualidade de crédito dos ativos financeiros está descrita na Nota 8.1. Os ratings divulgados nesta nota, sempre são os mais conservadores das agências mencionadas.

(b) Risco de liquidez

O risco de liquidez é gerenciado visando garantir recursos líquidos suficientes para honrar os compromissos financeiros da Companhia e de suas controladas no prazo e sem custo adicional. Um dos principais instrumentos de medição e monitoramento da liquidez é a projeção de fluxo de caixa, observando-se um prazo mínimo de 12 meses de projeção a partir da data de referência.

A gestão de liquidez e endividamento adota métricas compatíveis às companhias *investment grade* fornecidas por agências classificadoras de riscos de abrangência global.

A tabela a seguir analisa os principais passivos financeiros da Companhia e suas controladas, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

					Consolidado
	Até 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	A partir de 5 anos	Total
Em 31 de dezembro de 2023					
Financiamentos (i)	31.092	59.799	56.960	355.459	503.310
Fornecedores	6.011	-	-	-	6.011
Arrendamentos	14	9	-	-	-
Partes relacionadas	93	908	-	-	1.001
	37.196	60.707	56.960	355.459	510.322
Em 31 de dezembro de 2022					
Financiamentos (i)	30.821	116.902	108.248	420.226	676.197
Fornecedores	26.430	-	-	-	26.430
Partes relacionadas	21.347	-	-	-	21.347
	78.598	116.902	108.248	420.226	723.974

(i) Os valores incluídos na tabela são os fluxos de caixa contratuais não descontados.

(c) Risco regulatório

As atividades das controladas são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre suas atividades.

(d) Risco socioambiental

A Companhia e suas controladas estão sujeitas a inúmeras leis ambientais, regulamentos, tratados e convenções, que determinam a remoção e limpeza de contaminação do ambiente, ou relativas à proteção ambiental. As violações à regulamentação ambiental existente expõem os infratores a multas e sanções pecuniárias substanciais e poderão exigir medidas técnicas ou investimentos de forma a assegurar o cumprimento dos limites obrigatórios de emissão.

A Companhia realiza periodicamente levantamentos com o objetivo de identificar áreas potencialmente impactadas e registra com base na melhor estimativa do custo, os valores estimados para monitoramento e prevenção dessas localidades.

A Companhia e suas controladas consideram estar de acordo com todas as normas ambientais aplicáveis às suas operações.

(e) Risco de mercado

Está associado à ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições próprias da Companhia, incluindo eventuais operações sujeitas à variação das taxas de juros.

(i) Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de contratos operacionais, financiamentos. Esses contratos emitidos às taxas variáveis expõem a Companhia ao risco de flutuação da taxa de juros afetando o fluxo de caixa da Companhia os quais são permanentemente monitorados.

19.3 Demonstrativo da análise de sensibilidade

O principal fator de risco que impacta a precificação dos instrumentos financeiros em equivalentes de caixa, fundo de liquidez – conta reserva e financiamentos é a exposição à flutuação das taxas de juros. Os cenários para estes fatores são elaborados utilizando fontes de mercado e fontes especializadas.

Os cenários em 31 de dezembro de 2023 estão descritos abaixo:

Cenário I - Considera choque nas curvas e cotações de mercado de 31 de dezembro de 2023, conforme cenário base definido pela Administração para 31 de março de 2024;

Cenário II - Considera choque de + ou - 25% nas curvas de mercado de 31 de dezembro de 2023;

Cenário III - Considera choque de + ou - 50% nas curvas de mercado de 31 de dezembro de 2023.

Fatores de risco	Natureza da operação	Saldo	Unidade	Choque nas curvas de 31/12/2023	Cenário I Resultados do cenário I	Impactos no resultado			
						Cenários II & III		Cenários II & III	
						-25%	-50%	+25%	+50%
Taxas de juros									
CDI 11,65%	Equivalentes de caixa e fundo de liquidez - conta reserva	43.429	BRL mil	-69bps	(298)	(1.265)	(2.529)	1.265	2.529
IPCA 4,62%	Financiamentos (i)	346.849	BRL mil	38 bps	(1.318)	4.006	8.012	(4.006)	(8.012)

Valores não contemplam custos de captação.

*basis point

20 Seguros

A controladora Auren mantém em vigor apólices de cobertura de seguros de riscos. A apólice de riscos patrimoniais possui coberturas, condições e limites compartilhados entre algumas controladas do grupo, como é o caso.

<u>Modalidade</u>	<u>Principais coberturas</u>	<u>Vencimento</u>
Patrimonial	Danos Materiais e Lucros Cessantes	até junho/2024
RCG	RC operações, empregador, poluição súbita, danos morais, entre outras.	até agosto/2025

O prêmio total pago pela Companhia e suas controladas para a contratação dos seguros acima mencionados é de aproximadamente R\$ 1.454 em 31 de dezembro de 2023.